

» Entrevista | **ARISTIDES SANTOS** | PRESIDENTE DA CONTAG

Líder da entidade que representa o segmento responsável pela maior parte do abastecimento interno de alimentos defende a recuperação das políticas públicas para o setor e apoio aos jovens do campo

# Foco na agricultura familiar

» ISABEL DOURADO\*

**A**gricultura familiar e agroecológica têm uma importância fundamental no abastecimento de alimentos para a sociedade brasileira. Mas, nos últimos seis anos, muitas das políticas públicas que beneficiavam o setor foram reduzidas ou abandonadas, segundo Aristides Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag). Em entrevista ao CB.Agro — programa feito em parceria pelo Correio e a TV Brasília, ele relatou quais são os principais problemas do segmento e falou sobre o evento que reuniu mais de 5 mil jovens do campo nesta semana, em Brasília.

## A Contag organizou um grande festival de jovens em Brasília. Quais são as reivindicações?

Apesar de ter o nome de festival — esse foi o quarto —, é uma mobilização da juventude. Mais de 5 mil jovens vieram de todos os cantos do país. Foi feita uma pauta específica para o governo federal. Vamos tentar recuperar grande parte das políticas públicas que perdemos ao longo dos últimos seis anos, para a juventude, especialmente.

## Por que esse foco especificamente nos jovens?

Os jovens são muito importante na agricultura familiar. São eles que fazem a sucessão rural. Estamos com um campo envelhecido, segundo dados do IBGE. A maioria dos produtos que chegam à mesa do cidadão, brasileiro vem da agricultura familiar. É importante que os jovens continuem no campo produzindo.

## Há dados que mostram que está havendo êxodo de jovens do campo?

Nos últimos seis anos, saíram do campo mais jovens do que nos 10 anos anteriores. Não é porque a cidade está melhor, é porque o campo foi quase abandonado. Estou falando dos agricultores familiares.

## Hoje qual é a maior demanda desses jovens?

Nós precisamos pensar em uma série de estratégias. Temos que ter educação, porque não o jovem, em vez de aprender a valorizar o campo onde nasceu, é ensinado a sair de lá e vai disputar o emprego precário na cidade. Precisamos ter políticas públicas de saúde, acesso, estradas, comercialização. E criar políticas também para as mulheres. Muitas das rendas das mulheres não têm visibilidade, porque o que produzem, às vezes, a família consome, e não é dado valor monetário a essa produção.

## Pelo que o senhor está dizendo, o campo vem sofrendo perdas não só em públicos específicos, mas de uma maneira geral?

Nós perdemos nos últimos quatro anos uma coisa que era importante, um plano safral específico para a agricultura familiar, que vai retornar esse ano. O agronegócio, a agricultura empresarial, tem sua importância, mas é preciso olhar também para a agricultura familiar. São dois mundos completamente diferentes. Um tem a função de produzir basicamente para o mercado interno. No agronegócio, a grande produção são as commodities. Geram divisas, mas é mais para exportar.

Mariana Lins



**O agronegócio, a agricultura empresarial, tem sua importância, mas é preciso olhar também para a agricultura familiar"**

## Houve uma tendência no passado de uma migração da agricultura familiar para agroecologia. Como está isso?

Essa tendência está sendo reforçada. Mas isso leva tempo, não é uma transição tão fácil de fazer. Por isso são importantes os processos coletivos, seja na associação, seja na cooperativa. Esse modelo pode garantir maior valor ao produto, pode ser nosso grande nicho.

## Como vocês avaliaram esse encontro com os integrantes do governo?

Nós discutimos a participação

da juventude no sentido amplo. Tivemos uma conferência com deputados sobre participação política. Teve outra mesa debatendo as mudanças climáticas, e a ministra Marina Silva ficou com a gente mais de uma hora. Nós fizemos um debate sobre a participação das mulheres, dos negros, da comunidade LGBTQIA+. Foi uma pauta ampla.

## Quantas pessoas trabalham na agricultura familiar?

Temos em torno de 3,8 milhões de estabelecimentos, e cerca de 15 milhões de pessoas vivem da agricultura familiar.

## Uma das grandes dificuldades de parcela significativa dessa população é o acesso ao crédito.

Exatamente. Desse 3,8 milhões de propriedades, 1,7 milhão são unidades familiares pequenas. Essas famílias, antes do acesso ao crédito, precisam de um incentivo para estruturar minimamente a unidade produtiva. Isso tem que vir acompanhado de assistência técnica. No ano passado, os recursos no Orçamento da União não chegavam a R\$ 40 milhões, quando, em 2015, eram R\$ 600 milhões.

\*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

## TRABALHO

# Desemprego volta a crescer

» FERNANDA STRICKLAND

A taxa de desemprego voltou a subir e encerrou o primeiro trimestre de 2023 em 8,8%, uma alta de 0,9 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior. Apesar disso, o resultado foi o menor para o período desde 2015, quando a taxa ficou em 8%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No final de março, a fila das pessoas à procura de trabalho chegou a 9,4 milhões, alta de 10% em relação ao quarto trimestre de 2022. Na comparação com o primeiro trimestre de 2022, no entanto, os dados mostram

diminuição de 2,5 milhões (21%) no número de desempregados.

Na variação trimestral, o total de pessoas ocupadas teve queda de 1,6%, menos 1,5 milhão de pessoas, ficando em 97,8 milhões de trabalhadores. Isso representa uma taxa de ocupação de 56,1% da força de trabalho, ante 57,2% no trimestre anterior.

Segundo a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, o movimento de retração da ocupação e expansão da procura por trabalho é sempre observado nos primeiros trimestres, com exceção de 2022, que foi marcado pela recuperação pós-pandemia. Assim, "o resultado do primeiro trimestre pode indicar que o mercado de trabalho está recuperando seus padrões de

sazonalidade, após dois anos de movimentos atípicos", analisou.

De acordo com o IBGE, a taxa de informalidade aumentou no trimestre encerrado em março, chegando a 39% da população ocupada (ou 38,1 milhões de trabalhadores informais). Nos últimos três meses do ano passado, a taxa era de 38,8%.

A pesquisa destaca, ainda, o total de trabalhadores por conta própria, com CNPJ, que caiu 8,1% (menos 559 mil pessoas). O número de empregados com carteira assinada no setor privado ficou estável.

Para o economista e especialista em gestão e negócios Rica Mello, o desemprego voltou a subir um pouco neste início de ano porque a perspectiva da economia brasileira não é boa para

## Vagas mais difíceis

Desocupação tem alta no primeiro trimestre

### TAXA DE DESEMPREGO

Variação trimestral em %



2023. "Devemos lembrar que o desemprego chegou ao pico de 14% no ano de 2021, no meio da pandemia da covid, após inúmeras altas que remontam ao governo Dilma, em 2015. Desde março de 2021, o índice foi caindo,

refletindo a recuperação econômica do pós-pandemia", afirmou.

Segundo Mello, "o índice de desemprego deve seguir subindo, até que os resultados das reformas propostas pelo governo comecem a aparecer e os juros voltem a cair".

## JUSTIÇA

# Anamatra reclama de "excessos" de ministra

» LUANA PATRIOLINO

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) encaminhou ofício ao corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, na última quinta-feira, citando supostos "excessos" da corregedora-geral da Justiça do Trabalho, ministra Dora Maria da Costa, a respeito da fiscalização do retorno das atividades presenciais dos juizes, em cumprimento ao que foi decidido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Anamatra afirma que, entre 25 e 26 de abril, todos os tribunais regionais do trabalho do Brasil receberam um documento assinado pela ministra Dora Maria da Costa, informando os resultados de pesquisa realizada pela Corregedoria do Trabalho sobre o retorno dos juizes ao trabalho presencial. Os dados, segundo a comunicação, sugerem que os magistrados vem comparecendo às unidades judiciárias menos de três dias por semana.

Para a Anamatra, que representa 3,6 mil magistrados da Justiça do Trabalho em todo o Brasil, o ofício da ministra gerou um constrangimento entre os juizes, pois ela "partiu de premissas absolutamente equivocadas, impondo-se aos colegas indicados no rol anexo o ônus de demonstrar seu comparecimento à jurisdição, quando os magistrados e magistradas da Justiça do Trabalho já retornaram e estão cumprindo, de forma absolutamente fiel, o decidido por este Conselho Nacional de Justiça".

Ao ministro Luis Felipe Salomão, a entidade disse que as atividades realizadas pelo juiz não se limitam ao horário de expediente do órgão judiciário, muito menos se restringem à realização de audiências. Para os associados, o posicionamento da ministra é injusto com os magistrados. Eles pedem que sejam apurados os "excessos" por parte da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

"Por isso, é inaceitável partir do pressuposto de que os dias de realização das audiências correspondem aos únicos dias em que o magistrado comparece nas respectivas unidades jurisdicionais, notadamente quando as próprias escalas de comparecimento, como assim determinado por este Conselho Nacional de Justiça", diz o ofício.

O Correio procurou a ministra Dora Maria da Costa para responder ao caso, mas não havia recebido resposta até o fechamento desta edição.

## Cast Informática S.A.

CNPJ/MF nº 03.143.181/0001-01

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	11.050	19.162	12.111	23.544					
Contas a receber	159.142	164.770	150.295	161.505					
Adiantamentos	8.900	4.705	13.294	9.657					
Estoques	—	—	1.973	1.799					
Tributos a recuperar	2.920	2.786	6.153	6.601					
Partes Relacionadas	—	—	—	—					
Outros ativos	2.930	3.724	3.766	7.876					
<b>Total do Ativo circulante</b>	<b>184.942</b>	<b>195.147</b>	<b>187.592</b>	<b>210.982</b>					
Aplicações financeiras - caixa restrito	—	851	—	851					
Ativos financeiros	—	—	27.665	38.510					
Partes Relacionadas	56.005	53.618	—	—					
Tributos diferidos	20.934	10.696	53.840	35.499					
Depósitos judiciais	—	—	—	—					
Investimentos	—	25.483	5.116	32					
Imobilizado	4.060	5.262	4.528	4.735					
Intangível	10.423	7.925	59.312	60.059					
Direito de uso	5.888	4.754	23.183	7.053					
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>97.310</b>	<b>108.589</b>	<b>173.644</b>	<b>146.739</b>					
<b>Total do ativo</b>	<b>282.252</b>	<b>303.736</b>	<b>361.236</b>	<b>357.721</b>					
<b>Passivo</b>									
Fornecedores	7.129	53.333	14.124	22.054					
Empréstimos e financiamentos	34.020	47.558	41.362	54.021					
Obrigações trabalhistas e tributárias	73.139	56.191	95.431	74.572					
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	—	—	1.385	667					
Outras Contas a Pagar	764	1.054	20.231	22.650					
Partes relacionadas	—	—	2.310	2.310					
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	—	2.534	635	6.979					
<b>Total do Passivo circulante</b>	<b>115.052</b>	<b>160.670</b>	<b>175.478</b>	<b>183.253</b>					
Empréstimos e financiamentos	63.906	57.513	77.385	57.905					
Passivo financeiro	—	—	29.281	40.867					
Partes Relacionadas	42.806	26.012	—	—					
Provisão para demandas judiciais	1.591	2.639	3.873	3.166					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	5.790	5.789					
Obrigações trabalhistas e tributárias	34.398	6.314	46.299	13.699					
Outras Contas a Pagar	4.065	—	6.788	1.702					
<b>Total do Passivo não circulante</b>	<b>146.766</b>	<b>92.476</b>	<b>169.416</b>	<b>123.328</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>									
Capital social	11.250	11.250	11.250	11.250					
Reserva legal	2.250	2.250	2.250	2.250					
Reservas de Retenção de lucros	6.934	37.088	6.934	37.088					
<b>Total do Patrimônio líquido Atribuível aos Controladores</b>	<b>20.434</b>	<b>50.588</b>	<b>20.434</b>	<b>50.588</b>					
Participação de não Controladores	—	—	(4.092)	552					
<b>Total do Patrimônio líquido</b>	<b>20.434</b>	<b>50.588</b>	<b>16.342</b>	<b>51.140</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>282.252</b>	<b>303.736</b>	<b>361.236</b>	<b>357.721</b>					

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	288.941	284.220	438.142	424.111
Custo dos serviços prestados	(247.113)	(222.450)	(369.527)	(331.195)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>41.828</b>	<b>61.770</b>	<b>68.615</b>	<b>92.916</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas administrativas e gerais	(42.948)	(38.504)	(83.873)	(71.904)
Outras receitas e despesas operacionais	18.399	2.253	1.124	4.189
<b>(24.549)</b>	<b>(36.251)</b>	<b>(82.749)</b>	<b>(67.715)</b>	
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e tributos</b>	<b>17.278</b>	<b>25.519</b>	<b>(14.134)</b>	<b>25.201</b>
Receitas financeiras	943	1.282	1.320	4.429
Despesas financeiras	(29.700)	(16.180)	(38.289)	(22.996)
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(28.757)</b>	<b>(14.898)</b>	<b>(36.969)</b>	<b>(18.567)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(31.102)	(1.545)	—	—
<b>Lucro antes do IR e CS</b>	<b>(42.580)</b>	<b>9.076</b>	<b>(51.103)</b>	<b>6.634</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Correntes	(331)	(1.158)	(2.110)	(3.170)
Diferidos	10.237	2.218	18.304	6.870
<b>9.906</b>	<b>1.060</b>	<b>16.194</b>	<b>3.700</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(32.674)</b>	<b>10.136</b>	<b>(34.910)</b>	<b>10.334</b>
<b>Atribuído a:</b>				
Participações de acionistas controladores	(32.674)	10.136	(32.674)	10.136
Participações de acionistas não controladores	—	—	(2.353)	198
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(32.674)</b>	<b>10.136</b>	<b>(35.028)</b>	<b>10.334</b>

### Diretoria

José Calazans da Rocha

Presidente

CPF: 098.795.606-04

Maraisa Paes Martins

Contadora

CRC: 1SP 157.782-0/0

CPF: 085.321.308-95